

# A VIA CHINESA DE DESENVOLVIMENTO E O PAPEL DAS EMPRESAS ESTATAIS NA DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA

GUSTAVO ERLER PEDROZO<sup>1</sup>

**Resumo:** O desenvolvimento econômico chinês suscita extenso debate nos meios acadêmicos atualmente. A despeito de recortes possíveis que relacionem o vigoroso crescimento econômico daquele país à conjuntura internacional da globalização e da reestruturação produtiva mundial entende-se que, internamente, a atuação do Estado na economia constitui um dos fatores de primordial importância. Diante disso, e tendo por objetivo, pois, compreender o papel do Estado na via chinesa de desenvolvimento, buscou-se levantar um debate teórico que ofereça meios de compreender um dos mecanismos que se considera como propulsor desse dinâmico crescimento econômico: as empresas estatais.

**Palavras-chave:** Crescimento econômico; planejamento; empresas estatais.

**Abstract:** The Chinese economic development has generated an extensive debate in the academic circle currently. Although there are others possible views that relate the strong economic growth of that country to the international conjuncture and to the world productive restructuring we consider that the State performance, internally, constitutes one of the factors of indispensable importance. In front of this, and when we have by objective to understand the role of the State in the Chinese way of development, we look for present a theoretical debate that supply us means to understand one of the mechanisms that we consider as a dynamiter of that strong economic growth: the state-owned enterprises.

**Keywords:** Economic growth; planning; state-owned enterprises.

## INTRODUÇÃO

*O desenvolvimento econômico recente de China é, provavelmente, um dos fatos históricos mais importantes deste final de século. Interpretar sua natureza e dinâmica constitui um dos mais intrigantes desafios para os estudiosos do desenvolvimento econômico. (MEDEIROS, 1999, p. 379)*

Em dezembro de 1978, o terceiro pleno do XI Congresso do Partido Comunista da China assinalou que o governo chinês passaria a proceder com maior abertura para a economia mundial. É nesse momento que surgem as primeiras Zonas Econômicas Especiais (ZEE): inicialmente as únicas regiões a que se permitiam os investimentos estrangeiros, e o funcionamento de uma economia mais próxima do capitalismo. As ZEE são consideradas uma forma de experimento para se adotar medidas reformistas, mais adiante, no restante do território. Internamente, as novas diretrizes apontavam para a descentralização das decisões econômicas. Estabelecia-se, assim, oficialmente, o programa de reformas que ficou conhecido por *Quatro Modernizações*. Essas reformas tinham por objetivo,

segundo a ala mais a direita do PCCh<sup>1</sup>, tornar a China competitiva no âmbito mundial, e elevar o poder aquisitivo de seu povo, ao deixar para trás o modelo de planejamento centralizado, do período maoísta, considerado, sob muitos aspectos, insuficiente para as necessidades da enorme população chinesa. Assim, sob a orientação de Deng Xiaoping, iniciava-se a transição do sistema centralmente planejado para a economia socialista de mercado com características chinesas, nome adotado pelos líderes do governo para designar a nova forma de planejamento econômico em que maior gama de decisões seria relegada aos mecanismos de ajuste do mercado.

Os dados estatísticos, quando postos em perspectiva histórica, são uma ótima maneira de se analisar o desenvolvimento econômico de uma região específica ou mesmo de um país. E quando se usa deste

<sup>1</sup> A respeito da disputa deflagrada no seio do Partido Comunista da China entre “ideólogos” e “tecnocratas” no período que compreende a morte de Mao Zedong até a efetiva implantação do modelo reformista, ver:

MARTI, M. *A China de Deng Xiaoping: o homem que pôs a China na cena do século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

artifício, os números referentes à economia nacional chinesa são de longe os mais expressivos, tendo em conta o último quarto do século XX. Manter uma taxa de variação média do PIB por volta dos 10% ao ano significa que a cada sete anos a produção agrícola e industrial e a oferta de serviços desse país tem sua capacidade dobrada. Da mesma maneira, o final desta primeira década do século XXI, mesmo em face da crise financeira que se arrasta desde agosto de 2008, com suas conseqüências de desaceleração do crescimento econômico em todo o globo, assiste a um vigoroso incremento do produto chinês em relação às outras economias<sup>2</sup>, sejam elas as clássicas economias industrializadas e desenvolvidas, sejam as ditas economias emergentes ou em desenvolvimento.

É justamente nesse ponto que os pragmáticos líderes governistas chineses, desde Deng Xiaoping se apóiam. Quando temos em conta que o Partido Comunista da China (PCCh) profere aos quatro cantos que ainda mantém um caminho socialista, é ilustrativa a seguinte frase desse governante: “a tarefa principal do socialismo é desenvolver as forças produtivas, aumentar sem cessar as riquezas materiais da sociedade, melhorar a cada dia a vida do povo e criar assim condições materiais necessárias de acesso ao comunismo”. Há que se atentar, contudo, para o fato de que *crescimento econômico* não se traduz, necessariamente, em *desenvolvimento econômico*, ainda que seja de grande importância para a melhora da qualidade de vida da população. Com isso, queremos dizer que, muito embora, esse êxito atribuído ao desempenho econômico chinês não se restrinja aos agregados – podendo ser notado também em programas bem sucedidos de educação, e, realmente, numa melhora do nível de consumo de grande parte da população, contradições não faltam nesse processo

---

<sup>2</sup> Segundo estimativas recentes do Banco Mundial, espera-se que o PIB chinês obtenha um crescimento de 7,2%: um vigoroso crescimento quando comparado às recessões que assolam as economias centrais.

reformista: desemprego<sup>3</sup> e aumento da desigualdade social são exemplos latentes disso. É o que nos mostra o índice de Gini<sup>4</sup> da China que subiu de 0,41 em 1993 para 0,47 em 2004 (THE ECONOMIST, 2007, p. 36).

Outro ponto a favor dos chineses na busca pelo desenvolvimento é a absorção de tecnologia a que procederam durante esse período reformista. Se as décadas de 1980 e 1990 assistiram a uma explosão de produtos de baixo valor agregado (as famosas quiquilharias *made in China*) nas prateleiras dos países ocidentais, advindos daquele país, num período mais recente a atuação chinesa no comércio internacional registra mudança estrutural significativa: a maior incidência de produtos de médio e alto valor agregado em sua pauta de exportações permite uma capitalização importante da economia. Paulino (2008, p. 6) considera que o “sucesso da economia chinesa” deve-se, entre outros fatores:

à maneira particular como aquele país inseriu-se na dinâmica atual da economia globalizada, permitindo acumular grande volume de reservas estrangeiras [...] essenciais para o financiar a importação de equipamentos e tecnologia de ponta, essenciais para seu próprio desenvolvimento, sem ter que sujeitar-se às vicissitudes do mercado financeiro internacional.

Nesse sentido, poderíamos considerar que as causas do crescimento econômico

---

<sup>3</sup> No plano social o [obstáculo] mais evidente é o aumento do desemprego resultante do processo de reestruturação das empresas estatais [...] resultando na demissão de milhões de trabalhadores do setor estatal que necessitam ser recolocados nos demais setores da economia chinesa, nas empresas de cantão ou povoado, de caráter coletivo, ou nas empresas privadas. (PAULINO, L. A. **O milagre chinês**. 2008)

<sup>4</sup> Esse indicador é utilizado para se avaliar o grau de concentração de renda de um país: quanto mais próximo de 0, mais bem distribuída a renda desse país, ou região é; quanto mais próximo de 1, tanto pior.

não se restringem unicamente aos fatores internos da reforma, e se estendem também à dinâmica externa. Citemos François Chesnais (2008, p. única), quando este atribui a acumulação do capital na China, além dos “processos internos”, à “transferência de uma parte importantíssima do Setor II da economia, o setor da produção de meios de consumo, dos Estados Unidos para a China” Nesse mesmo sentido, Pires (2008, p. 41) considera que esse alto crescimento econômico está relacionado à reestruturação produtiva mundial, iniciada ainda na década de 1970, em que as “empresas multinacionais em seu processo de globalização e em sua estratégia de ‘deslocalização produtiva’, buscam vantagens comparativas ao redor do mundo”.

Como bem nos deixou claro Medeiros no excerto com que se iniciou este texto, o crescimento econômico chinês, por sua dimensão e impacto no sistema econômico mundial, progressivamente acentuado desde sua abertura para o mercado global, atrai para si os olhares de muitos estudiosos ao redor do mundo, fazendo com que se agucem ainda mais as divergências de opinião, e se levantem inúmeras questões acerca do tema:

O seu extraordinário êxito econômico desde o final dos anos 70 significa exatamente êxito do quê? De uma bem lograda transição ao capitalismo, mas de qual via? Ou terá sido a vitória da economia socialista de mercado (como afirmado no 14º Congresso do PCC de 1992)? Ou, ainda, e mais uma vez, um caso de sucesso do desenvolvimentismo asiático? [...] Quais foram os mecanismos propulsores do seu desenvolvimento? As empresas estatais lideradas por um Estado planejador, ou a força de um “terceiro setor” formado pelas empresas rurais de propriedade coletiva? Quais são as suas contradições? Um Estado ineficiente e gigantesco, como pensa o Banco Mundial; ou, como querem alguns analistas de esquerda, a explosão social eminente de um capitalismo dickensiano, que se sustenta na superexploração da força de trabalho? (MEDEIROS, 1999, p. 380)

Notamos, assim, que, em tão poucas linhas, mostraram-se diversos recortes possíveis para a análise do desenvolvimento econômico chinês, os quais em maior ou menor medida se relacionam e ao menos mencioná-los se faz necessário. Todavia, neste texto, a despeito do ambiente internacional favorável a uma oportunista abertura econômica, e de contradições internas existentes nesse processo desenvolvimentista, buscamos levantar um debate teórico que nos ofereça meios de compreender um dos mecanismos que se considera como propulsor desse dinâmico crescimento econômico: as empresas estatais.

### **PLANEJAMENTO E MERCADO: a construção teórica do socialismo de mercado**

Nos últimos 25 anos, a mudança de uma economia planejada para uma economia de mercado tem sido num grande número de países um dos mais significativos acontecimentos no âmbito da política e economia mundiais. Há muitas questões e problemas a emergirem dessa transformação, os quais dificilmente podem esperar respostas satisfatórias a partir da economia tradicional. (GAO XIAN, p.125)

Para chegarmos a uma apreciação das empresas estatais chinesas propriamente, cabe antes pensarmos a dicotomia “planejamento x mercado”, que permeou grande parte do século XX, e constitui a discussão fundamental acerca da necessidade/possibilidade de existência ou não de unidades produtivas de propriedade estatal ou que sejam controladas pelo Estado. Esta dicotomia, ademais, está no cerne do debate sobre o próprio conceito de socialismo de mercado, que vai muito mais além das questões relativas às empresas estatais somente.

Albuquerque (2007) considera que uma primeira “rodada de debate”, importante para se pensar esse tema atualmente, compreende o período de 1908 a 1945. Nela Barone, Lange, von Mises e

Hayek discutem a possibilidade da realização do cálculo econômico em substituição ao mercado na alocação dos recursos inter-setoriais e determinação dos preços. Von Mises, o mais radical dos defensores do livre-mercado, chega a afirmar que não se pode classificar a realização de cálculos para se auferir a distribuição dos recursos como economia.

A seu ver uma economia planejada é impossível, não obviamente no sentido de que, na prática, não se possa gerir centralmente o processo produtivo, mas no sentido de que esta gestão não pode de modo algum ser econômica, isto é, não pode de modo algum respeitar o princípio econômico do resultado máximo dos meios. (NAPOLEONI, 1985, p. 175)

Barone e Hayek, todavia, tomam como possível a realização dos cálculos necessários para o funcionamento de uma economia nacional, isto é, ao contrário de von Mises, esses dois autores consideram a equação econômica racionalmente executável. No entanto, a enorme complexidade de uma economia nacional impossibilitaria a realização desses cálculos em tempo, pois, mesmo que se conseguisse determinar as incógnitas dessa equação, muitas de suas variáveis já haveriam de ter mudado.

Lange, inserido nas idéias desse debate, propôs, em alternativa ao sistema de planejamento que se convencionou chamar de “Comunismo de Guerra”<sup>5</sup>, que não seria necessário o comitê central de planejamento se preocupar com todas as decisões

---

<sup>5</sup> Chambre (1967, p. 15), resumidamente, diz que, no comunismo de guerra, “era como se houvesse um esforço para fixar, para cada unidade econômica, por menor que fosse, tarefas precisas em função das exigências da economia nacional”. Assim, o plano nacional: elaborado a partir de indicadores econômicos nacionais, e posto em prática por meio de instruções imperativas, tornaria “possível agir corretamente do centro para as unidades periféricas, evitando que a economia socialista, caísse nesta anarquia, nesta espontaneidade [...] típicas da economia capitalista”.

existentes na economia: a produção dos bens de consumo poderia ser relegada ao mercado, uma vez que os indivíduos produtores estariam mais aptos a compreender as sutilezas das necessidades locais, por estarem mais perto de seus compradores. Os problemas apontados por ele podem ser resumidos como segue:

O destino e a história destes métodos [da planificação característica do Comunismo de Guerra] constituem um exemplo clássico do caráter do desenvolvimento da sociedade socialista. Os métodos necessários e úteis no período de revolução e de industrialização intensiva tornam-se um obstáculo à continuação do progresso econômico quando perpetuados além de sua justificativa histórica. Tornam-se obstáculos porque se caracterizam por falta de flexibilidade. São rígidos, por isso levam a um desperdício de recursos resultante dessa inflexibilidade, requerem uma dispendiosa máquina burocrática e tornam difícil ajustar a produção às necessidades da população. (LANGE, 1981, p.124)

Jabbour (2008, p. única) sistematizou as características principais do modelo proposto por Lange:

- 1) a diferença entre os dois sistemas [socialista e capitalista] encontra-se na composição de classes no poder e na forma de apropriação do excedente econômico;
- 2) o modo de determinação dos preços no socialismo funciona de forma análoga à verificada numa economia capitalista;
- 3) o poder proletário deve se ocupar em princípio somente com a socialização dos meios de produção essenciais ao funcionamento da economia;
- 4) o cálculo econômico é essencial, pois nenhum mecanismo substitui completamente o mercado;
- 5) a propriedade privada em pequena escala na indústria e na agricultura é parte essencial no processo de acumulação socialista

As idéias de Lange são importantes, pois inauguram uma teoria do socialismo possível, embora, mais tarde, ele mesmo reconheça a impossibilidade de realização de seu modelo. Nove (1989, p. 187) assim descreve as críticas à *Economia Política do Socialismo*<sup>6</sup>: “à parte o fato de que o modelo de Lange, de 1935, não incorporava o crescimento, há o problema, que tem de ser enfrentado, de que um mercado de bens finais não funciona a não ser que haja também um mercado de bens intermediários”. E como Lange propôs que o mercado somente existiria para os bens de consumo, o Comitê Central de Planificação teria, nesse modelo, a difícil tarefa de antecipar os possíveis estrangulamentos, e contornar essa situação por meio de ajustes de preços. Em outras palavras isso significava um Comitê Central sobrecarregado novamente.

Além da óbvia importância atribuída à primeira sistematização de um modelo de socialismo de mercado, essa rodada de debate é importante na medida em que contribui para a elaboração de teorias a respeito da possibilidade dos cálculos econômicos em substituição ao mecanismo de mercado. Julgamos importante ressaltar esse ponto porque num período mais recente esse tema é retomado: agora ao nível do planejamento no interior das grandes corporações. Nesse sentido, e em contraposição à visão liberal de primazia do mercado, Chang (2002, p. 111) diz:

[...] em muitas indústrias modernas em que é alta a incidência de monopólios e oligopólios, os mercados apresentam falhas o tempo todo, conforme o critério neoclássico, porém essas indústrias geralmente são muito bem sucedidas, em termos do mais puro senso comum, porque geram um alto crescimento da produtividade e, conseqüentemente, um

elevado padrão de vida. Tal resultado se deve ao êxito das organizações empresariais modernas, que possibilitam coordenar uma divisão do trabalho mais complexa – de modo que ali onde os economistas neoclássicos enxergam uma “falha de mercado”, pode ser que os institucionalistas vejam um “sucesso organizacional”<sup>7</sup>.

Outra “rodada de discussões que nos é amplamente oportuna por oferecer ferramentas interessantes para pensarmos o caso chinês, se deu no contexto de declínio da URSS. Como nos alerta Albuquerque (2007, p.14), “essa rodada tem como pano de fundo uma discussão importante: existe ou não uma alternativa entre o planejamento estatal burocrático e o mercado.”. Esse novo ciclo de debate a nível teórico (1983-1991) é iniciado pelo economista Alec Nove, com sua obra *A economia do socialismo possível*, sendo posteriormente incorporado por Mandel (1986) e Elson (1988). Albuquerque (2007, p.14) resume-nos os principais pontos delineados por Nove (1989<sup>8</sup>, parte V) em sua tentativa de elaborar um modelo de *socialismo possível*, que combinasse elementos do planejamento centralizado e elementos de mercado:

“1 - empresas estatais centralmente controladas e administradas...”; 2 - empresas de propriedade do Estado (ou propriedade social), com total autonomia e uma administração responsável perante a força de trabalho...”; 3 - cooperativas”; 4 - “empresas privadas em pequena escala, sujeitas a limites claramente definidos” e 5- “indivíduos”. Não há “...qualquer propriedade privada dos meios de produção em larga escala”.

<sup>7</sup> Os termos que estão entre aspas foram retirados por Chang da seguinte obra: LAZONICK, W. **Business organisation and the myth of market economy**. New York: Cambridge University Press, 1991.

<sup>8</sup> O ano de 1989 refere-se à edição em língua portuguesa. O original em inglês é publicado em 1983.

<sup>6</sup> Em referência à obra de Oskar Lange com esse nome.

Esse modelo de Nove é criticado pelo fato, que alguns autores apontam, de que apenas se unem as características de uma economia de mercado aos métodos de planejamento burocrático e centralizado. Mandel (1986) é um desses críticos. Diz ele que falta a Nove uma concepção de “terceira alternativa” entre o mercado e o planejamento. Dessa maneira propõe “uma combinação entre plano, mercado e democracia, enfatizando o papel da democracia e da participação de produtores e consumidores” (ALBUQUERQUE, 2007, p. 14). E essa seja talvez a maior contribuição de Mandel: propor uma discussão não apenas bidimensional (planejamento e mercado), mas tridimensional com a inclusão da dimensão democrática nas decisões econômicas.

### **SOBRE A VIA CHINESA DE DESENVOLVIMENTO E A CENTRALIDADE DAS EMPRESAS ESTATAIS**

Visto, em linhas gerais, alguns apontamentos relativos à construção teórica do socialismo de mercado no século XX, perguntamo-nos: de que maneira o Estado chinês se coloca perante a economia no processo reformista em curso desde 1978? Encontramos na economia chinesa elementos institucionais de participação do Estado com os quais podemos caracterizá-la nos termos do chamado “socialismo” de mercado? Ou uma gradativa desvinculação do Estado, caracterizando-o, cada vez mais, por um desempenho meramente interventivo – do conceito liberal de garantir as condições para o livre mercado. Uma análise, ainda que seja superficial, já nos revela que, não obstante, o governo central mantém vários mecanismos de participação direta na gestão da economia. Oliveira (2005, p. 3) entende que “quando são confrontadas com as experiências dos antigos países socialistas e da América Latina, as reformas chinesas são específicas por seus limites, por não terem avançado com o mesmo ímpeto na eliminação dos controles estatais sobre a economia”. As

principais diferenças, segundo este autor, estariam na maneira como se procedeu à “questão da propriedade”, à “abertura comercial” e à “abertura financeira”.

Pires (2008, p. 51), tem a opinião de que “[...] o papel do Estado em regular a economia e controlar os principais mecanismos de controle macro-econômico é suficiente para descartar, em princípio, aquilo que David Harvey<sup>9</sup> denominou neoliberalismo com características chinesas”. Além do mais, parece-nos que esses mecanismos de controle foram modificados ao longo do processo reformista para se adaptar as novas condições da economia chinesa, e longe estão de caminhar para o desaparecimento como queriam os turiferários do liberalismo.

Diante dessa discussão, Medeiros (1999, p. 380) considera a existência de duas vertentes principais que se propõem a explicar as causas do desenvolvimento econômico chinês. Uma dessas abordagens está “inspirada na economia institucionalista”, sendo sustentada por autores como Mangabeira Unger e Cui (1995), Naughton (1994), Rawski (1994) e Yang (1996). A outra proposta de explicação estaria representada pela ortodoxia liberal do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, de países capitalistas centrais e autores como Kennet e Lieberman (1992).

Enquanto a abordagem institucionalista atribui o desenvolvimento econômico da China ao fato de que o governo procedeu, nessa transição, a um processo de abertura ao mercado ocidental de alguma maneira mais planejado, e um parcial relaxamento do controle econômico exercido outrora combinado com a criação de instituições alternativas ao mercado, a visão liberal considera que são, justamente, as reminiscências dessas instituições, um entrave à continuidade do desenvolvimento chinês, e que esse gradualismo chinês somente “não comprometeu o seu desenvolvimento graças à criação de

---

<sup>9</sup> HARVEY, D. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford, 2005.

instituições tipicamente de mercado, em particular a liberalização dos preços e a política de abertura externa” (MEDEIROS, 1999, p. 381). A política cambial não flutuante, o sistema bancário de oferta de créditos em poder do Estado, e a existência de grande número de empresas estatais consideradas não-rentáveis, são exemplos das críticas dirigidas à economia chinesa pelos liberais.

Por outro lado, Mangabeira Unger e Cui (1995, p. 78) levantam uma importante questão: os conceitos de “*gradualismo*” e “*tratamento de choque*” carregam em si a “errônea idéia de que os países em desenvolvimento, em geral, e particularmente as sociedades pós-comunistas estão limitados a uma escolha da velocidade com a qual eles podem percorrer no sentido de um mesmo e inevitável objetivo”, que seria, a grosso modo, a conformação de um Estado mínimo, no sentido de que se forme um mercado perfeitamente competitivo. Os autores consideram que os conceitos em questão têm

[...] sua parcela de verdade, ao sugerir que qualquer mudança institucional, não importa o quão ambiciosa, deve avançar passo a passo. Entretanto sofre do erro fatal de minimizar o ponto mais importante nas questões de política nacional: a diversidade de possíveis futuros nacionais.

A despeito da opinião liberal, outros pontos de vista sustentam que no socialismo de mercado “o mercado funciona como um alocador de recursos, sinalizando onde eles devem ser investidos”, levando-se em conta que os investidores procuram por lucros e preços mais favoráveis, “e o Estado se reserva o controle macroeconômico: intervindo no mercado e ditando o desenvolvimento do país, ele estimula a competição e procura diminuir as desigualdades” (MAO JR.; SECCO, 1998, p. 67). Medeiros (1999, p. 403), entretanto pondera: embora os documentos oficiais do Partido Comunista chinês refiram-se ao desenvolvimento de uma economia

socialista de mercado com características chinesas, “à luz das discussões marxistas sobre as vias de desenvolvimento, poder-se-ia denominar a via chinesa com uma forma de capitalismo de Estado. [...] Por capitalismo de Estado, Lenin entendia um tipo de capitalismo regulado e controlado pelo Estado socialista”. Essa discussão seria extensa demais para abordá-la neste texto, e ademais, ambas as visões contemplam mecanismos de controle estatal sobre determinados setores.

\*\*\*

Em linhas gerais, como foi dito pelos organismos governamentais chineses, se o objetivo foi superar os entraves de um planejamento centralizado, com a implantação de mecanismos mercadológicos, o papel das empresas estatais remanescentes e reestruturadas é de fundamental importância para o planejamento estatal realizado nos últimos anos. Compreender o papel das empresas estatais no planejamento econômico indicativo é compreender um dos mecanismos mais importantes com o qual os dirigentes chineses logram empreender a tarefa do desenvolvimento econômico e social. Deve-se considerar, também, que ao se analisar a contribuição dessas empresas estatais para o desenvolvimento, particularmente nos últimos 25 anos – desde 1984, é primordial pensá-las inseridas no processo de descentralização econômica por que passou a China, depois de quase 30 anos em que, praticamente, todas as decisões econômicas eram centralizadas num órgão planejador.

Em relação à gestão da economia e às relações entre mercado e plano, a via chinesa de desenvolvimento logrou obter uma combinação original dos diferentes níveis em que se estrutura o processo decisório na economia. Num pólo, aumentou o planejamento da economia através de empresas estatais voltadas a maior integração do mercado de trabalho. Num outro pólo, reforçou-se a autonomia das empresas de vilas e municípios e dos

camponeses na produção e comercialização a preços de mercado. (MEDEIROS, 1999, p. 403)

Após uma primeira série de reformas, que se iniciou em 1984 com inovações institucionais de aperfeiçoamento do controle das empresas estatais, visando torná-lo mais efetivo, a partir de 1997, o governo chinês aprofundou ainda mais a reforma, e passou a estimular a ampliação de um setor produtivo privado, na política que se denominou *Zhua Da Fang Xiao* (Reter as Grandes, Soltar as Pequenas). Assim, o governo manteria a propriedade das grandes e médias empresas, reestruturando-as baseado na Lei de Companhias, ao passo que as pequenas empresas seriam privatizadas, ou passariam a operar sob controle dos trabalhadores, na forma das TVEs (Township and Village Enterprises). Segundo a publicação *Universia-Knowledge@Wharton* (2008), “o número de SOEs ficou reduzido a 15% apenas do total de empresas — de 114.000, em 1996, para 34.000, em 2003 — sendo que cerca de 50% dessa redução foi consequência da privatização”. Em 2003 a participação do setor privado no PIB chinês chegou a 68%, em vez dos 50% apresentados em 1998.

#### Peso do Setor Privado na Produção por Setor Econômico (em %)

	1998	2003
Indústria	48	61
Construção Civil	49	76
Serviços	26	56
PIB total	50	68

Fonte: OCDE, apud Lemoine, F. *L'économie de La Chine* (2005).

Veja-se, entretanto que apesar do significativo aumento da propriedade privada na participação das contas nacionais, o setor estatal ainda é fundamental ao desenvolvimento econômico chinês. É nesse sentido que se deve compreender o papel das empresas estatais. Segundo Jabbour (2006, p. 52)

Vale lembrar que o conceito “economia socialista de mercado” pressupõe a participação dessas empresas nos gânglios vitais da economia chinesa, convivendo com múltiplas formas de propriedade, inclusive com a individual e a privada.

Os teóricos chineses das reformas do último quarto do século passado se confundem com os próprios dirigentes que as empreenderam. Assim, é importante estar atento aos pronunciamentos e textos desses governantes. Jiang Zemin (2002, p. 322), que veio a integrar a geração de reformistas da década de 1990, em sua coletânea de discursos intitulada *Reforma e Construção da China*, destacou o fato de que as empresas estatais constituem a “importante força com que o Estado orienta, impulsiona, reajusta e controla o desenvolvimento econômico e social”. Ao mesmo tempo, considera que “a economia de propriedade não-pública é parte importante da economia de mercado socialista, razão pela qual é necessário continuar estimulando-a e orientando-a, para que ela tenha um desenvolvimento saudável” (ZEMIN, 2002, p. 323). Pomar (2003, p. 113) tem opinião semelhante ao considerar o setor público como a “linha mestra da estrutura de propriedade chinesa”, mas, que o funcionamento desse sistema de planejamento indicativo depende, entretanto, da garantia constitucional de “que as empresas individuais e privadas, nacionais e estrangeiras, assim como as diversas empresas mistas, possam desenvolver-se sem embaraços”. (POMAR, 2003, p. 113).

#### CONCLUSÕES

O desenvolvimento chinês, diferentemente do que sinalizam os órgãos como FMI e Banco Mundial, ou mesmo as economias centrais, como os EUA, por exemplo, está pautado na participação ativa do Estado em regular a economia por meio de determinados mecanismos. A criação de instituições de mercado não pretende eliminar esse controle, como vimos pela



discussão teórica acerca do socialismo de mercado, pelo contrário integra um sistema em que é essencial a convivência entre essas diversas instituições para que não se caia nas vicissitudes da burocracia exagerada do “Comunismo de Guerra” e nem na espontaneidade a que se sujeita uma economia liberal.

Um desses mecanismos com que o governo central se empenha no controle e direcionamento da economia são as empresas estatais. A política de “Reter as Grandes e Soltar as Pequenas”, permite ao Governo Central investir em setores

produtivos capazes de dinamizar outros setores da economia, que agora estão relegados ao mercado, tornando essas empresas elementos-chave do novo sistema econômico chinês.

Diante das novas discussões e interpretações do socialismo de mercado, entretanto, há muito que se avançar: ao nível teórico, mas, sobretudo, em face às experiências reais. Avançar no sentido de criação de instituições democráticas visando à inclusão da população na participação da gestão das empresas.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. M. *Plano x mercado na história do pensamento econômico: diferentes contextos e lições de quatro rodadas de um grande debate*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2007

CHAMBRE, H. *A economia planificada*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

CHANG, Ha-Joon. *Rompendo o modelo: Uma economia política institucionalista alternativa à teoria neoliberal do mercado e do Estado*. In: ARBIX, G. COMIN, A. ZILBOVICIUS, M. ABRAMOVAY, R. *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: Diálogo entre os que chegaram depois*. São Paulo: UNESP: Universidade de São Paulo, 2002.

CHESNAIS, F. *O capitalismo tentou romper seus limites históricos e criou um novo 1929, ou pior*. Disponível em: <[http://www.revistaforum.com.br/sitefinal/NoticiasIntegra.asp?id\\_artigo=4636](http://www.revistaforum.com.br/sitefinal/NoticiasIntegra.asp?id_artigo=4636)>. Acesso em: 03/12/2008.

ELSON, D. Market socialism or socialization of the market. *New Left Review*, n. 172, Nov.- Dec., pp. 3-44.

JABBOUR, E. *China: infra-estruturas e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

\_\_\_\_\_. *China e a economia política do socialismo*. Disponível em: <[www.vermelho.org](http://www.vermelho.org)>, Acesso em: 25 ago 2008

KENNET, D.; LIEBERMAN, M. *The Road to capitalism*. New York, London: The Dryden Press, 1992.

LANGE, O. *Oskar Lange: economia*. POMERANZ, Lenina (org.). São Paulo: Ática, 1981.

MANDEL, E. (1986) In defense of socialist planning. *New Left Review*, n. 159, Sep.-Oct., pp. 4- 37.

MANGABEIRA UNGER, R.; CUI, Z. China in the Russian mirror. *New Left Review*.

MAO JR, J.; SECCO, L. *A revolução chinesa: até onde vai a força do dragão*. São Paulo: Scipione, 1998.

MEDEIROS, C. A. *China entre: os séculos XX e XXI*. In: FIORI, J. L. (org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

NAPOLEONI, C. *Curso de Economia Política*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

NAUGHTON, B. *Growing out of the Plan: chinese reform*, 1978, 1993. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1995.

NOVE, A. *A economia do socialismo possível*. São Paulo: Ática, 1989.

OLIVEIRA, C. A. B. Reformas econômicas na China. *Economia política internacional: análise estratégica*. nº 5, abr./mai. 2005.

PAULINO, L. A. *Os BRICs e o equilíbrio do poder global*. Disponível em: <[www.marilia.unesp.br/grupodosbrics](http://www.marilia.unesp.br/grupodosbrics)>. Acesso em: 25 out. 2008.

PIRES, M. C. *Brasil e China na globalização*. São Paulo: LCTE, 2008.

POMAR, W. **A revolução chinesa**. São Paulo: UNESP, 2003.

RAWSKI, T. Chinese industrial reform: accomplishments, prospects *and implications*. *AEA Papers and Proceedings*, vol. 84, nº2, 1997.

*The Economist*, 11/8/2007, p. 36. Disponível em: <[http://www.unb.br/face/eco/inteco/textosnet/3parte/desigualdade\\_renda\\_asiaeamericalatina.pdf](http://www.unb.br/face/eco/inteco/textosnet/3parte/desigualdade_renda_asiaeamericalatina.pdf)>, acesso em: 20 jun. 2009.

XIAN, Gao. *A via chinesa para o desenvolvimento*. Disponível em: <<http://www.cebela.org.br/imagens/Materia/123-128%20gao%20xian.pdf>>, acesso em: 18 jun. 2009.

YANG, D. Governing China's Transition to the market. *World Politics*, nº 48, abr. 1996.

ZEMIN, Jiang. *Reforma e Construção da China*. Rio de Janeiro: Record, 2002.